ESTRATÉGIA DE DEFESA DO BRASIL E DESAFIOS REGIONAIS E GLOBAIS

Palestra do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann,
no Center for Strategic and International Studies (CSIS)

Washington, 17 de novembro de 2017

Senhoras e senhores,

É um grande prazer, para mim, participar deste encontro organizado pelo Fórum de Líderes Globais do CSIS, para compartilhar a visão estratégica do Brasil, discutir temas globais e regionais e apresentar o estado atual do relacionamento bilateral em Defesa com os Estados Unidos.

Permitam-me começar com um olhar sobre o Brasil – sua história, sua geografia e seus valores identitários. Sua visão de mundo, sua estratégia de defesa e segurança e seu relacionamento internacional decorrem desses parâmetros fundadores de nossa nação. Uma nação tropical e miscigenada de grandes dimensões, amante da paz e do desenvolvimento, mas que ainda não realizou seu pleno potencial.

A História do Brasil começa com a visão geoestratégica ambiciosa de uma potência emergente na transição entre a Idade Média e o Renascimento. Portugal dividiu o mundo em dois com a potência rival Espanha, renegociando diplomaticamente em seu favor um meridiano definido por uma bula papal. Com isso, pode realizar as grandes navegações e a colonização agrícola e extrativista de um imenso território. Nos dois séculos que se seguiram, o meridiano de Tordesilhas foi revogado na prática pelos "bandeirantes", missionários e homens de armas, que adentraram no grande sertão e fundaram vilas, colônias agrícolas e fortalezas. Nessa saga, brancos, indígenas e negros se miscigenaram.

A expansão a oeste da ocupação foi consagrada pelo princípio do uti possidetis do Tratado de Madri, de 1750, que deu ao Brasil praticamente o desenho que tem hoje. Conquistada a independência de Portugal, o primeiro desafio foi a consolidação territorial. A transição dinástica que transplantou para as Américas a única monarquia sustentável do continente constituiu fator de estabilização territorial e de identidade nacional, vencendo tendências de fragmentação.

Consolidada a unidade nacional, o segundo desafio era confirmar as fronteiras. O contorno geográfico brasileiro foi consolidado com todos os vizinhos sem guerras de conquista e com base no princípio de solução pacífica de controvérsias, em pleno respeito ao direito internacional. Estamos falando de 17 mil km de fronteiras, em linha reta mais do que a distância de Washington a Sydney, plenamente reconhecidas com dez países. Desses 17 mil km, 9 mil são fronteiras fluviais, e os demais, fronteira seca.

As fronteiras emolduram o ponto de partida de nosso entorno estratégico, composto por América do Sul, Atlântico Sul, oeste da África, Antártica, América Central e Caribe. Essa vasta região do planeta é composta por cerca de 30 países em desenvolvimento que enfrentam

problemas sociais semelhantes aos do Brasil. Por isso, nossa política e a estratégia nacionais de Defesa priorizam o entorno estratégico como um ambiente de paz, cooperação e desenvolvimento. Longe de qualquer pretensão de hegemonia, o Brasil deseja ser um fator de indução de estabilidade estratégica, paz e prosperidade, integração econômica, comércio, investimentos e cooperação para o desenvolvimento.

A América do Sul é a única região habitada desnuclearizada do planeta. Sua arquitetura de Defesa é composta pela rede de mecanismos bilaterais de cooperação militar, além de OEA, Junta Interamericana de Defesa e Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. Esses têm sido os espaços de construção de laços de confiança e cooperação com vistas à criação de uma identidade sul-americana de defesa. A cooperação militar regional contribui para a dissuasão, que passa também a ser regional.

No arco amazônico, o Brasil tem estabelecido mecanismos bilaterais interministeriais que envolvem setores policiais, jurídicos, de inteligência e militares. Ademais, os países do Cone Sul inauguraram ano passado processo de cooperação em segurança nas fronteiras e combate aos ilícitos transfronteiriços.

Diante do poderio e avanço dos ilícitos transnacionais em nossa região, estou propondo, juntamente com o Chanceler Aloysio Nunes, o lançamento de uma Iniciativa Sul-Americana na área de segurança pública, reunindo autoridades de defesa e segurança para o compartilhamento de inteligência e de programas de reconhecido êxito, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). A Inciativa poderia evoluir para a formação de uma Autoridade Sul-Americana de Segurança, semelhante ao Conselho de Defesa Sul-Americano.

Preocupa-nos muito a crise na Venezuela, que é ao mesmo tempo política, socioeconômica e humanitária. Como parlamentar e ex-Ministro da Reforma Agrária, visitei várias vezes a Venezuela, conversei longamente com o Presidente Chávez e conheço vários parlamentares da oposição democrática.

A questão venezuelana interessa, primeiro, ao seu próprio povo, e em segundo lugar, à América do Sul. Sua solução somente será viável pela via da democracia, do diálogo e da reconciliação nacional. Os países vizinhos colocam à disposição do governo e dos irmãos venezuelanos seu melhor empenho para contribuir para a recuperação da paz social. Qualquer intervenção de atores extrarregionais apenas agravaria o problema, fechando ainda mais o país e colocando os países da região contra a ingerência externa. De outro modo, é muito bem-vindo o apoio de países parceiros de outras partes do mundo.

Celebramos o êxito do processo de paz na Colômbia, que pôs fim ao último conflito do continente. Brasil e outros vizinhos estão apoiando o processo de DDR – desarmamento, desmobilização e reintegração naquele país.

Pelo Atlântico Sul flui mais de 90% de nosso comércio exterior. Sobre parte desse oceano se estende nosso mar territorial e nossa zona econômica exclusiva. Em 1986, o Brasil liderou a adoção da resolução da Assembleia Geral da ONU que consagra o Atlântico Sul como zona de paz e cooperação – conhecida como ZOPACAS, livre de tensões políticas e conflitos armados. Creio que também interessa aos Estados Unidos que o Atlântico Sul não seja um problema, e que permaneça fora de qualquer preocupação política e militar.

Preocupam-nos as hipóteses de extensão das competências da OTAN para o Atlântico Sul, ou de exercícios militares e construção de bases extrarregionais no Oeste africano. Desafios à segurança do Atlântico Sul, em particular no Golfo da Guiné, como o combate à pirataria e outras ameaças transnacionais, devem ser enfrentados por meio da cooperação com os países ribeirinhos, que devem manter a liderança do processo.

Permitam-me considerar agora alguns temas globais. O Brasil sempre deixou claro que uma das principais fontes de tensão no mundo são as assimetrias de desenvolvimento entre os países. Com o benefício da visão retrospectiva, constatamos que o fim da Guerra Fria não trouxe o "fim da História" com o triunfo do capitalismo globalizado.

A persistência daquelas assimetrias, aliadas ao anacronismo das estruturas de poder mundial, rapidamente voltaram a desafiar a paz e a segurança mundiais por meio de "choques de civilização" fundamentalistas, terrorismo e patriotismos armados. As tensões de hoje relembram as das primeiras décadas após a Segunda Grande Guerra. Relembram-nas, porque têm as mesmas origens, e propõem, de forma absurda e anacrônica, as mesmas soluções: power politics, bipolaridade Leste-Oeste, escalada armamentista, pesadelo nuclear.

As percepções de ameaças na Europa levam a OTAN a aumentar os gastos de defesa e transformar-se, de uma aliança regional defensiva, em uma entidade de atuação em crises em espaços que vão além da jurisdição euro-atlântica, às vezes sem mandato do Conselho de Segurança.

O mundo nunca estará seguro com armas nucleares, sobretudo no atual contexto de recrudescimento do terrorismo. Nunca nos cansaremos de recordar às grandes potências o compromisso com o desarmamento nuclear. O regime de não-proliferação instaurado há 50 anos pelo TNP é insuficiente, assimétrico e precário se não for completado com o cumprimento da obrigação de desarmamento, também prevista naquele Tratado. O Brasil, signatário de Tlatelolco e do TNP, firmou em setembro o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, que dispõe sobre a completa proscrição em escala global dos artefatos nucleares.

Como se não bastasse, o Brasil construiu com a Argentina um exemplo para o mundo em matéria de transparência, confiança e colaboração em matéria de não-proliferação, consignados na ABACC e no Acordo Quadripartite com a AIEA. Apesar de todas essas demonstrações, a transferência de tecnologia nuclear para fins pacíficos para o Brasil tem sido muito dificultada, ou mesmo impedida, pelos principais países signatários e promotores do TNP.

O multilateralismo é um dos pilares da política externa brasileira, seja em escala global, sob a égide da ONU, seja na regional, com o Mercosul, a UNASUL e a OEA. O multilateralismo, o respeito à soberania, à autodeterminação e ao direito internacional, em particular os direitos humanos e à solução pacífica de controvérsias, todos princípios consignados na Carta da ONU, são conquistas civilizatórias da humanidade.

Acabo de chegar de conferência ministerial da ONU, em Vancouver, sobre missões de paz. Naquele foro, ao apresentar a experiência exitosa do Brasil de 13 anos de missão no Haiti, na qual investimos 36 mil soldados, recordei que aqueles princípios da ONU excluem pretensos direitos de intervenção sob quaisquer roupagens, ou de ações de polícia global e manejo de crises na ausência de mandato do Conselho de Segurança. Assinalei, também, que a proteção de civis em conflitos armados é uma das marcas da ação brasileira, e que nossos militares se desincumbem dessa missão não apenas com responsabilidade, mas também com empatia para com a população local.

Nossa visão dos grandes conflitos no mundo é, pois, condicionada por esses princípios. Não há possibilidade de solução no persistente quadro de assimetrias de poder, falhas da estrutura de governança global e sobretudo de injustiças socioeconômicas. Os conflitos na África e no Oriente Médio têm, em sua base, esses problemas. O próprio flagelo do terrorismo e do fundamentalismo é nutrido por esse caldo de ressentimentos e ódios gerado pela falta de oportunidades de prosperidade. Por trás das esferas de influência neocoloniais, da complexidade das guerras, embates políticos, genocídios e da dramática situação de refugiados há, sempre, um contexto de deterioração socioeconômica. Nenhum remendo tático

político poderá corrigir o problema estratégico fundamental, que é a retomada do desenvolvimento sustentável e inclusivo nos países pobres.

Por outro lado, há crises mais complexas, que não se explicam apenas pelos condicionantes da pobreza. É o caso da península coreana, onde a multiplicação de testes nucleares e missilísticos constitui mudança drástica de comportamento e desestabiliza completamente a região.

O brasileiro condena os lançamentos de mísseis pela República Popular e Democrática da Coreia e a conclama a cumprir plenamente as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e contribuir para criar as condições necessárias à retomada das negociações relativas à paz e à desnuclearização da península. Por outro lado, parece ter-se reduzido a escalada retórica e fortalecido o envolvimento de aliados políticos do entendimento.

Como ponto final de minha apresentação, desejo concentrar-me na relação estratégica, para o Brasil, com os Estados Unidos. Compartilhamos os mesmos valores democráticos; nossas relações econômico-comerciais e de investimentos recíprocos são tradicionais, diversificadas e em contínua expansão; nossa aliança durante a Segunda Guerra forjou as bases para uma parceria militar de longo prazo; nosso intercâmbio acadêmico, intelectual e cultural não cessa de se enriquecer.

Nossa cooperação em Defesa está retornando ao seu patamar tradicional de intensidade, com ampliação da agenda. O marco jurídico é sólido: o Acordo Quadro de Cooperação em Defesa, o Acordo sobre Intercâmbio de Informações Militares Classificadas, ambos de 2010, e o Acordo de Intercâmbio de Informações (em inglês, MIEA), assinado em março. Precisamos, agora, concluir as negociações de acordos técnicos, como os de Aquisição e Serviços Cruzados (ACSA) e o de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RD&E).

Além disso, será importantíssimo que o lado norte-americano avance e conclua a análise do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que firmará nossa cooperação espacial no Centro de Lançamento de Alcântara.

Agora, a sinergia da relação bilateral precisa ser melhor aproveitada para o desenvolvimento concreto de projetos de interesse mútuo, como a aproximação entre as indústrias de defesa. Mecanismos de diálogo, como as Political and Military Talks, a reunião de consultas entre Estados-Maiores Conjuntos e os Diálogos de Indústrias de Defesa demonstram a ampla convergência e o vasto potencial a ser explorado. Temas novos estão sendo mais aproveitados, nas áreas aeroespacial, operações de manutenção da paz, e participação dos Estados Unidos em projetos estratégicos das nossas Forças Armadas, nos setores naval, de vigilância fronteiriça e segurança cibernética, entre outros.

Desejamos ampliar o intercâmbio e a integração entre nossas bases industriais de defesa, com o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de produtos de defesa de interesse para ambas as partes e um padrão de comércio desses produtos em duas vias.

Como conclusão, gostaria de apresentar uma proposta. Que Brasil e Estados Unidos possam ir além da discussão tópica de problemas e de questões táticas, que tendem a ocupar toda a atenção da opinião pública, da imprensa e mesmo dos especialistas, e passem efetivamente a explorar o potencial estratégico da relação bilateral.

Em outras palavras, que as duas maiores democracias do Hemisfério discutam e adotem uma verdadeira agenda de Estado, de longo prazo, e não apenas programas de governos que são descontinuados. Uma agenda de prosperidade, paz e desenvolvimento, livre de amarras ideológicas e de atitudes unilaterais baseadas no diferencial de poder.

Uma agenda estruturante, ampla, baseada não nos problemas, mas nas possibilidades de desenvolvimento, nos valores compartilhados de democracia e benefícios mútuos, que sirva de fator de estabilidade para o desenvolvimento socioeconômico não somente de nossos países, mas também com poder de irradiação benéfica para nossos vizinhos. O estreitamento de nossa relação e o estabelecimento de uma agenda verdadeiramente estratégica de Estado constituirá um fator de fortalecimento da paz, da segurança e do desenvolvimento.

Muito obrigado.